

PERSPECTIVAS PARA O NOVO MANDATO

(SÍNTESE DA INTERVENÇÃO FINAL DA SECRETÁRIA GERAL)

Partimos para um novo mandato confortados pelo apoio dos representantes democraticamente eleitos pelos largos milhares de trabalhadores da Educação que a nossa Federação representa.

A nossa actuação será desenvolvida no estrito respeito pelas orientações que o Congresso definiu ao votar o plano de acção e um conjunto significativo de resoluções.

Os tempos que nos toca viver são tempos complexos e extremamente desafiantes.

Sabemos que o futuro do País depende, em larga medida, do que, em conjunto, formos capazes de fazer.

Portugal só atingirá as metas de desenvolvimento que se propõe se não recusar um investimento profundo na educação.

Criar a escola de sucesso que queremos pressupõe um esforço conjugado de todos os portugueses:

o problema do insucesso é um problema de raízes múltiplas e, por isso mesmo, tem de ser atacado por muitos ângulos.

Queremos **qualidade nas carreiras profissionais** dos trabalhadores da educação: da educação infantil ao ensino superior, dos técnicos aos auxiliares de educação.

Aceitamos as exigências de uma carreira dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário que queremos única mas não, obrigatoriamente, uniforme. Recusamos, a todos os níveis, os constrangimentos que decorram de limitações administrativas para o desenvolvimento das carreiras.

Recusamos, assim, os numerus clausus para progressão, ou qualquer forma encapotada de os introduzir; e isto tanto na educação infantil como no ensino básico, secundário ou superior.

Queremos ver definidas, em termos de qualidade, as carreiras dos trabalhadores técnicos,



administrativos e auxiliares de educação.

Queremos um investimento sério na **formação contínua** dos profissionais da educação.

Queremos que **as nossas escolas** - nos seus planos curriculares, na sua gestão, na sua arquitectura e nos seus equipamentos - **se estabeleçam como espaços educacionais onde seja desejável e gratificante trabalhar.**

Temos perfeita consciência de que não é possível transformar as escolas por artes de magia, de um ano para o outro. Mas queremos que se dêem passos seguros nesta direcção. Queremos que se definam planos concretos para a realização das transformações que se impõem e que esses planos sejam objecto de um acordo social alargado.

Seremos extraordinariamente exigentes na definição de calendários de negociação dos múltiplos dossiers que se encontram em aberto, alguns dos quais estão paralisados desde 1990.

Não temos tempo a perder. Os atrasos registados em cerca de 9 meses de prática inacção do Ministério não pode continuar a pesar sobre a vida e as carreiras dos profissionais da Educação.